

O campo de concentração do Tarrafal (1936-1954)

O campo de concentração do Tarrafal (1936-1954)

Francisco Canais Rocha

Historiador

No dia 29 de Outubro de 1936, faz agora 70 anos, desembarcavam na pequena baía do Tarrafal (Ilha de Santiago, arquipélago de Cabo Verde) 157 presos antifascistas, que iam inaugurar a chamada «Colónia Penal do Tarrafal», isto é, o Campo de Concentração do Tarrafal. Baptizado de «Campo da Morte Lenta», ele destinava-se a ser o instrumento de eliminação física dos principais opositores do fascismo português, institucionalizado em 1933, com a designação de Estado Novo.

A primeira leva de presos, transportada no vapor Luanda, da antiga Companhia Colonial de Navegação, era constituída por comunistas, anarquistas, sindicalistas e anarco-sindicalistas, que tinham participado na greve geral de 18 de Janeiro de 1934; marinheiros dos navios de guerra Dão, Afonso de Albuquerque e Bartolomeu Dias, que se tinham revoltado em 8 de Setembro de 1936; dirigentes políticos que se opunham ao Estado Novo; antifascistas considerados por Salazar como «perniciosos». Muitos desses presos já tinham cumprido as penas a que foram condenados; outros ainda não tinham sido julgados; alguns nem culpa formada tinham.

Mercê da luta do povo português e da pressão internacional, sobretudo após o «desanuviamiento» surgido com o fim da guerra da Coreia, em 1953, o Tarrafal foi encerrado em 26 de Janeiro de 1954. Durante o tempo que esteve a funcionar, centenas de portugueses foram encarcerados no «Campo da Morte Lenta», tendo muitos deles ali deixado a vida, como, por exemplo, o último secretário-geral da CGT, o ferroviário Mário Castelhana (1940), ou o secretário geral do PCP, Bento Gonçalves (1942). Com o advento das guerras coloniais, na década de 60, o Tarrafal foi reaberto, mas agora para internar os patriotas africanos, incluindo os de Cabo Verde, que lutavam pela independência dos seus países. Só a Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974 pôs fim a essa câmara da morte.

A polícia política salazarista

Como todos os regimes fascistas, o Estado Novo foi montando ao longo do tempo um tenebroso aparelho repressivo, visando quebrar a resistência de todos os que se opunham à sua política. O elemento fundamental dessa repressão era a polícia política, PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), a qual resultara da fusão, em 1933, por ordem de Salazar, da Polícia de Defesa Política e Social com a Polícia Internacional Portuguesa. Dirigiu esta fusão o capitão Agostinho Lourenço, primeiro director da PVDE e, depois de 1945, director da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado).

Salazar manteve sempre um relacionamento muito estreito com a PVDE, através de Agostinho Lourenço, em quem depositava grande confiança. «De facto, o director da PVDE despachava directa e semanalmente com o presidente do Conselho, ultrapassando a mediação do ministro do Interior, o que atesta elucidativamente a profunda intervenção pessoal de Salazar na definição das orientações de actuação da polícia política de que é o criador». Aliás, as decisões mais importantes da PVDE eram previamente submetidas à consideração de Salazar, tais como o destino a dar aos «agitadores políticos».(1)

Até à abertura do Campo de Concentração do Tarrafal, o roteiro das prisões controladas pela PVDE era constituído pela velha Cadeia do Aljube e os «Depósitos de Presos» de Caxias (Reduto Norte do Forte de Caxias), de Peniche (Forte de Peniche) e de Angra do Heroísmo (Fortaleza de São João Baptista). Com o agravamento da repressão, foi aumentando cada vez mais o número de presos políticos. A situação piorou com as revoltas da Madeira, dos Açores e da Guiné, em 1931, e em Lisboa, em 1932. Essas revoltas contra a ditadura militar instaurada em 28 de Maio de 1926, além dos mortos e feridos, saldaram-se por centenas de presos. É nessa altura que Cabo Verde surge como o futuro local para internar os presos políticos, além de África e Timor. Assim, após as revoltas de 1931, os presos detidos na Madeira e nos Açores, a maioria militares, foram deportados para Cabo Verde e internados no Campo de Concentração de S. Nicolau, o primeiro a ser aberto pelo fascismo. É aqui que morre, em 1934, o general Sousa Dias, chefe do movimento revolucionário de Fevereiro de 1927 contra a ditadura e da Revolta da Madeira, em 1931.

Desde 1933 que a PVDE se «queixava» de falta de espaço para tantos presos. Em 6 de Novembro de 1933 foi promulgado o Decreto-Lei N.º 23 203, o qual previa a criação de tribunais especiais, o cumprimento de penas no «Ultramár» e o julgamento fora da «Metrópole» dos detidos em situação preventiva por crimes políticos. Logo após a saída deste decreto, foram transferidos para a Fortaleza de São João Baptista os presos considerados mais «perniciosos» que se encontravam nas cadeias do continente. Em 29 de Junho de 1934, era publicado o Decreto-Lei N.º 24 112, que estipulava a instalação de uma colónia penal para presos políticos e sociais no Ultramar. Finalmente, em 23 de Abril de 1936, é publicado o Decreto Lei N.º 26 539, que cria no Tarrafal uma «Colónia Penal» para «presos políticos e sociais». O local escolhido situava-se no extremo Norte da ilha, encontrava-se ainda por desbravar, era árido e insalubre. O início da Guerra Civil de Espanha, em 18 de Julho de 1936, agudizando a luta contra o comunismo, apressou a abertura do Campo de Concentração do Tarrafal.

O «Campo da Morte Lenta»

O Campo de Concentração do Tarrafal tinha forma rectangular, com 200 metros de comprimento por 150 de largura, rodeado de arame farpado, exteriormente contornado por uma vala de 4 metros de largura e 3 de profundidade. Encontrava-se encravado numa planície, que o mar limitava a Poente, e por uma cadeia de montes a Norte, Sul e Nascente. A toda a volta do campo encontrava-se um talude de 3 metros de altura, por onde circulavam as sentinelas. A cada canto do campo situava-se um reduto onde podia ser instalada uma metralhadora. Dum lado e doutro do portão de entrada erguiam-se dois fortins. Dentro do campo existiam 4 barracões sem condições de higiene; algumas barracas de madeira, nas quais estavam instaladas as oficinas e o balneário; e uma cozinha sem um mínimo de condições.

Quando chegaram ao Campo de Concentração, os primeiros presos foram alojados em barracas de lona, enquanto não eram erguidos os barracões definitivos. Durante dois anos, foram submetidos a autênticos «trabalhos forçados», para construir o Campo onde iriam arruinar a saúde, trabalhando numa pedreira. Enquanto uns arrancavam a pedra, outros transportavam-na ao ombro. Assim, ao sol escaldante, filas de presos formigavam da pedreira até ao quartel indígena, onde os pedreiros construíam os alojamentos para os soldados negros.

À medida que o trabalho violento prosseguia, começaram os primeiros presos a cair doentes, com paludismo e outras doenças tropicais. Não havia médico nem enfermeiro, nem medicamentos. Só em Fevereiro de 1937, ano em que morreram os primeiros sete presos, chegou o médico Esmeraldo Pais Prata, também conhecido pelo Tralheira. Este, que se «queixava» de que não tinha medicamentos para tratar os presos, limitava-se quase só a passar as certidões de óbito.

O primeiro director do Campo de Concentração foi o capitão Manuel dos Reis, substituído, pouco tempo depois, interinamente, pelo capitão José Júlio da Silva. Em Outubro de 1938, o poder passou para o capitão João da Silva, que tinha feito parte de uma comissão de militares encarregada de estudar, na Alemanha nazi, o funcionamento dos campos de concentração, que Hitler começou a construir, assim que se tornou o senhor absoluto daquele país.

Entretanto, novas levas de presos chegavam ao Campo de Concentração do Tarrafal, onde as provocações e os castigos se sucediam cada vez mais. Para os castigos mais rigorosos, passou a ser usada a chamada «frigideira», edifício todo de cimento, com sete de metros de comprimento e três de largura, dividido em dois pequenos compartimentos por uma parede interior. A luz e o ar entravam através de três buracos feitos na pesada porta de ferro. Durante o dia, o sol quente dos trópicos aquecia as portas e as paredes. O calor tornava-se insuportável. Os presos despiam-se, mas o calor não deixava de torturá-los. A água fornecida era em pequenas quantidades. À tortura da sede juntava-se a tortura da fome. Em dias alternados, a alimentação era pão e água. Os castigos iam de dez a 40 e 50 dias. Este regime prisional teria de produzir os seus efeitos. Assim, entre 1937 e 1944, morreram 30 presos; no mesmo período, 67 caíram doentes com biliosas, das quais 14 foram mortais; 52 adoeceram com doenças pulmonares, e muitos outros com outras doenças. O Campo de Concentração do Tarrafal cumpria assim a função para que tinha sido criado: a eliminação física dos presos antifascistas, através dos maus tratos, dos castigos e das doenças. E assim continuou a ser até ao seu encerramento.

Após o triunfo da Revolução de 25 de Abril de 1974, procedeu-se à trasladação para Portugal dos restos mortais de todos os que morreram no Tarrafal. Ao mesmo tempo, para que a sua memória não caia no esquecimento, foi erigido no Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, um mausoléu, onde repousam esses restos mortais, construído a expensas dos sobreviventes do «Campo da Morte Lenta» e da solidariedade dos trabalhadores portugueses.

(1) Maria da Conceição Pires, A Polícia Política no Estado Novo, 1926 1945, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 188.

